

CORREIO NACIONAL



José Cruz/Agência Brasil

País contabiliza ainda 668 mortes confirmadas

País ultrapassa 1 mi de casos prováveis de dengue no ano

O Brasil registrou neste ano, 1.010.833 casos prováveis de dengue. Segundo o Painel de Monitoramento das Arboviroses, o país contabiliza ainda 668 mortes confirmadas pela doença e 724 em investigação. O coeficiente de incidência, neste momento, é de 475,5 casos para cada 100 mil pessoas.

A título de comparação, no mesmo período do ano passado, quando foi registrada a pior epidemia de dengue no Brasil, haviam sido contabilizados 4.013.746 casos

prováveis e 3.809 mortes pela doença, além de 232 óbitos em investigação. O coeficiente de incidência, à época, era de 1.881 casos para cada 100 mil pessoas.

Em 2025, a maior parte dos casos prováveis se concentra na faixa etária de 20 a 29 anos, seguida pelos grupos de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos. As mulheres concentram 55% dos casos e os homens, 45%. Brancos, pardos e pretos respondem pela maioria dos casos (50,4%, 31,1% e 4,8%, respectivamente).

115 mil passageiros no feriadão

Os dez aeroportos da Rede Infraero com voos comerciais regulares devem receber cerca de 115 mil passageiros ao longo dos próximos dias de feriado prolongado envolvendo a Semana Santa e o Dia de Tiradentes, período que começou na quinta e segue até a próxima terça. Estão programados,

ao todo, 996 voos, entre pousos e decolagens. A expectativa é que os dias mais movimentados sejam esta quinta e a próxima terça, com 24,5 mil e 24 mil passageiros, respectivamente. A projeção, segundo a Infraero, foi elaborada a partir das programações informadas pelas empresas aéreas.

Arborização das ruas

Quase 115 milhões de brasileiros moram em ruas que possuem ao menos uma árvore.

Essa é uma das conclusões da pesquisa Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios, divulgada na última quinta-feira (17) pelo IBGE com dados do Censo 2022.

O número correspon-

de a 66% da população pesquisada, o que significa que, a cada três brasileiros, dois moravam em ruas arborizadas.

Dessas pessoas, 32,1% residiam em endereços que possuíam cinco árvores ou mais; 13,5%, em vias com três ou quatro árvores; e 20,4% em locais com duas árvores no máximo.

Presença de rampa aumenta

No intervalo de 12 anos, a proporção de brasileiros que vivem em ruas que têm rampa para cadeirante aumentou quatro vezes. A constatação está em mais um conjunto de dados do Censo 2022.

No Censo 2010, os pesquisadores identificaram que 6 milhões de pessoas moravam em vias que

tinham rampa para cadeirante. Esse número representava 3,88% da população pesquisada. Já na contagem censitária de 2022, foram identificadas 26,5 milhões de pessoas residindo em endereços que contavam com rampa de acessibilidade, patamar que significa 15,2% da população pesquisada.

Menos acesso à infraestrutura

Pessoas pretas e pardas residem menos em endereços com características adequadas de infraestrutura urbana, quando comparadas à população branca. Esse retrato da desigualdade étnico-racial no Brasil faz parte de um suplemento do Censo 2022, divulgado pelo

IBGE na quinta. A pesquisa Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios coletou dados como presença de pavimentação, calçadas, bueiros, iluminação pública, pontos de ônibus, rampa para cadeirantes, arborização e sinalização para bicicletas.

Ruas sem calçada

O calçamento das ruas avançou no Brasil entre 2010 e 2022, mas a presença de obstáculos como buracos e desníveis perto das residências ainda é um problema que afeta oito em cada dez brasileiros.

Os dados fazem parte do Censo 2022 e foram

divulgados nesta quinta-feira (17) pelo IBGE, na pesquisa Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios. O estudo coletou dados sobre capacidade de circulação de vias, presença de pavimentação, calçadas, bueiros, iluminação pública, entre outros.

6 mil pessoas morreram em rodovias federais em 2024

PRF diz que 84,5 mil se feriram em mais de 73 mil sinistros

Antônio Cruz/Agência Brasil

Pesquisa da Polícia Rodoviária Federal (PRF) revela que 6.160 pessoas morreram e 84.526 ficaram feridas em meio a 73.156 sinistros de trânsito registrados entre janeiro e dezembro de 2024 nas estradas federais do Brasil.

As unidades federativas que se destacaram negativamente, segundo o Anuário 2024 divulgado nesta quinta-feira (17), foram Minas Gerais, com 794 mortes e 11.756 feridos em cerca de 9,3 mil sinistros de trânsito.

No Paraná, houve 607 mortes e 8.456 feridos em cerca de 7,6 mil sinistros. Já em Santa Catarina foram 415 mortes e 8.381 feridos nos mais de 9,5 mil sinistros no decorrer do ano.

Colisões traseiras lideram as estatísticas dos tipos de sinistros, com 13.960 registros, 16.173 feridos e 634 mortos. O tipo de veículo em que os acidentes mais resultaram em mortes foram os de passeio, com 2.110 vítimas fatais ao longo do ano.

As motocicletas resultaram em 2.024 mortes; e 599 pessoas morreram em decorrência de acidentes envolvendo caminhões.

As estradas com mais ocorrências de acidentes foram as



Colisões traseiras lideram as estatísticas dos tipos de sinistros, com 13.960 registros

BRs-101, 116 e a 381.

“A PRF atendeu 12.778 sinistros na BR-101, sendo 4.375 deles em Santa Catarina. Já na BR-116 houve 11.478 casos, a maior parte, 3.478, em trechos que cortam São Paulo. Em terceiro lugar está a BR-381, com 3.469 sinistros. Desse total, 2.793 aconteceram em Minas Gerais”, detalhou a PRF.

Cerca de 35,3 mil ocorrências foram anotadas em

pistas simples, resultando em 4.291 mortes. Foi observado também que os sinistros ocorreram em maior número entre as sextas-feiras e os domingos entre 17h e 19h.

O anuário contabilizou, também, 9.483.949 autos de infrações em 2024. “Dentre as condutas mais observadas estão o excesso de velocidade (6.561.685), ultrapassagens indevidas (301.513) e o não

uso do cinto de segurança (216.267)”, informou a PRF.

O Rio de Janeiro foi o estado em que os motoristas mais desobedeceram regras de trânsito. Foram mais de 2,1 milhões de infrações no ano passado. Em segundo lugar está São Paulo - quase 1,2 milhão de autuações. A terceira posição no ranking é de Minas Gerais - 869.488 motoristas multados.

O novo RG Animal para cães e gatos

Gov.Br/ Divulgação



Saiba como funciona o SinPatinhas; Registro é voluntário

para registrar cães e gatos em um banco de dados nacional, um instrumento para promover o controle populacional ético de cães e gatos, estimulando a guarda responsável e o combate ao abandono e aos casos de maus-tratos.

Atualmente, o Brasil tem aproximadamente 62,2 milhões de cães e 30,8 milhões de gatos, com cerca de 35% deles vivendo nas ruas ou abrigos.

Caso o animal utilize um microchip subcutâneo que o

identifique, o dispositivo poderá ser incluído no cadastro. Mas qualquer cão ou gato, microchipados ou não, castrados ou não, pode ser registrado no SinPatinhas.

O microchip é um dispositivo eletrônico colocado por veterinários sob a pele dos animais, com um código associado aos dados do proprietário. Para acessar as informações, é necessário utilizar um leitor adequado, normalmente disponível em clínicas veterinárias que fa-

zem o procedimento.

Uma vez cadastrados, os tutores também receberão informações sobre campanhas públicas de castração, vacinação e microchipagem em sua região, facilitando o acesso aos serviços de cuidado e bem-estar animal. A medida também deve proporcionar mais segurança em negociações de compra e venda.

Conforme disponibilidade de recursos, o governo federal apoiará estados e municípios em seus programas de castração e microchipagem, permitindo o acesso a esses serviços, principalmente, por pessoas de menor renda ou em situação de vulnerabilidade. Em até 90 dias, o MMA divulgará edital com as regras de adesão.

Além disso, o SinPatinhas permitirá o acompanhamento da destinação de recursos federais para essas ações em cada ente federativo ou beneficiário de emendas parlamentares, promovendo mais transparência nos gastos públicos.

STF

Vice-presidente do STF representa Tribunal no Chile

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, fez palestra na Pontifícia Universidade Católica do Chile, em Santiago, na quarta. Em sua exposição, o ministro falou sobre o sistema de precedentes no contexto do Estado Democrático de Direito e as interseções entre o sistema de precedentes, o princípio da segurança jurídica e o princípio da isonomia. Para o ministro, os princípios da segurança jurídica e da isonomia são essenciais para a efetivação da justiça no país. Na capital chilena, o vice-presidente do STF também fez visita ao Tribunal Constitucional e à Suprema Corte de Justiça do Chile.

STJ

Provas por ilegalidade em buscas coletivas

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a um recurso especial e anulou provas obtidas pela polícia ao considerar ilícita a entrada indiscriminada de agentes em várias residências próximas ao local de uma abordagem.

Para o colegiado, a prática configurou uma varredura ilegal em busca de drogas.

O colegiado apontou que, mesmo com ordem judicial, não é possível realizar buscas coletivas e indiscriminadas, pois o mandado de busca deve especificar expressamente o endereço da diligência, conforme o artigo 243, inciso I, do Código de Processo Penal (CPP).

TCU

TCU promove palestra sobre liderança humanizada

O Tribunal de Contas da União promove, no dia 22 de abril, às 14h, a palestra “Liderança Humana: as habilidades-chave para destravar seu potencial máximo”. Inserida no programa “Lideramos”, do Instituto Serzedello Corrêa, a Escola Superior do TCU, a palestra debate as habilidades que realmente importam em tempos de transformação: empatia, escuta, coragem, comunicação e presença. O encontro é destinado a servidores e colaboradores do próprio TCU e de outros órgãos da administração pública que tenham interesse no tema, e a transmissão do evento ocorre pelo canal do TCU no YouTube.

TCU

Debate sobre desenvolvimento e transformação social

Estão abertas as inscrições para o Diálogo Público Pará. O evento, destinado a gestores municipais, será realizado no dia 15 de maio, das 8h às 17h30, no hotel Sagres, em Belém. Cada município paraense pode inscrever até três participantes. As vagas são limitadas. O encontro é promovido pelo Tribunal de Contas da União, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA). Este é o segundo evento da série Diálogos Públicos, projeto do TCU direcionado à transformação social e ao desenvolvimento regional do país.